

SUSTENTABILIDADE: O (DES)CAMINHO DA REGIONALIZAÇÃO SOCIAL¹

Dinizar Fermiano Becker²

RESUMO: Duas megatendências demarcam o desenvolvimento contemporâneo. De um lado, observa-se a crescente globalização da economia. De outro lado, constata-se a regionalização social. No senso comum, estes dois processos aparecem como competitividade e sustentabilidade, respectivamente. No primeiro, prepondera a lógica e a dinâmica da concorrência intercapitalista. E, no segundo, aparecem as diversas formas e tentativas de regulação dessa lógica, por si só, autodestruidora. Nesse texto, busca-se especular sobre esse contramovimento representado e/ou que aparece na bandeira da sustentabilidade. Primeiro fazendo uma crítica às proposições correntes e, em segundo lugar, adiantando uma proposição do que se entende por sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; competitividade; flexibilidade.

SUSTAINABILITY: THE (DIS)COURSE OF THE SOCIAL REGIONALIZATION

ABSTRACT: Two megatendencies delimit the contemporary development. On one side, is observed the increasing globalization of the economy. On the other side, is evidenced the social regionalization. In the common sense, these two processes appear as competitiveness and sustainability, respectively. In the first, preponderates the logic and the dynamics of the intercapitalist competition. And, in the second, appear the different ways and tentatives of the regulation of this logic, by itself, autodestructive. This text investigates this countermovement represented and/or that appears on the banner of sustainability. Firstly, criticizing the current propositions and secondly, advancing a proposition of what is understood by sustainability.

KEY-WORDS: Sustainability; sustainable development; competitiveness; flexibility.

INTRODUÇÃO

Vivemos num período de transição. Uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (Bell). Outros a qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (Drucker). Terceiros identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (Lyotard). Quartos, ainda, afirmam que

¹ Artigo publicado na edição v. 3/4, n. 2/1, de 1996/7

² Doutor em Economia pela Unicamp, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado - da UNISC, professor da UNIVATES/FATES e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT.

está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos).

É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e se pré-anuncia na emergência de um novo paradigma.

Os sinais emitidos por essa crise transicional, em que “um passado morto não morre, um futuro nascente não consegue nascer” (Morin e Kern), ou como propõe Gramsci “o velho está morrendo e o novo não consegue nascer”, “nos permitem tão-só especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário”, (Santos, 1988, p. 54). É o que se pretende fazer neste texto: especular³ sobre a emergência de um novo paradigma desenvolvimentista cristalizado no termo sustentabilidade.

Antes, no entanto, pretendemos trazer evidências que possibilitam “afirmar com segurança que colapsarão as distinções básicas em que se assenta o paradigma dominante” (Santos, 1988, p. 54).

Nesse sentido, constata-se que (...) ao lado do processo de degradação da qualidade de vida do povo brasileiro, acelera-se a modernização “fundada nas ilusões de que as economias [...] se ajustarão naturalmente num mundo de taxas flutuantes e de enormes massas de capital que circulam pelo planeta à revelia dos bancos centrais” (Lessa, 1993, p. 10).

Esta “MODERNIZAÇÃO”, adjetivada por Tavares (1993) de CONSERVADORA, é indicada como a principal causa da crise atual.

Por este caminho, da “Modernização Conservadora”, chega-se à crescente transnacionalização dos espaços econômicos nacionais. Assim, rompem-se devagar e decididamente os limites fronteiriços do capital financeiro⁴, o qual passa a ter o mundo, enquanto espaço, para sua valorização. Isso quer dizer que o capital financeiro, em geral, abre espaço para sua valorização mundial.

O livre de (fronteiras) só é possível com o livre para (a valorização sem fronteiras) porque ocorreu o “desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional” (Tavares, 1993, p. 22). Dessa forma, o sistema financeiro privado livra-se dos controles dos bancos centrais nacionais. A relativa liberdade do

³ Este texto, mais do que qualquer outro, é um texto em elaboração. Nas palavras de Castoriadis, “é um texto se fazendo”. Portanto, um texto sujeito a críticas e, mais, um texto à espera de contribuições e sugestões dos seus eventuais leitores.

⁴ Para o conceito de capital financeiro consultar: HOBSON, John A.. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Capítulos XI e X; TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1985; DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985. p. 130 e segs.; TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 209 e segs., especialmente p. 234 e segs.; Da mesma autora. **Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente**. In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R.. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense: 1983. v. 2.; E também da mesma autora. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, UNICAMP: 1983. Especialmente o capítulo 1.; HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Capítulos VII, XI, XII e XIV. HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. Capítulos 9, 10, 11 e 16.

sistema financeiro agrava e acentua a instabilidade do sistema global, gerando crises financeiras e desequilíbrios crônicos em muitos dos Estados nacionais. Entre muitos, o Brasil é o exemplo mais próximo. A instabilidade decorre da "excessiva supremacia de capital bancário internacional [e nacional, no caso do Brasil] e sua extrema volatilidade" (Tavares, 1993, p. 41).

Em conseqüência, os Estados nacionais acabam impotentes, não conseguindo executar sua própria política monetária, pressionados pelas gigantescas dimensões dos mercados financeiros privados⁵, cujo caráter financeiro e poder especulativo aniquilam, ou tornam ineficientes grande parte dos instrumentos da política econômica tradicional (inclusive os da política monetária). São exatamente o caráter financeiro e o poder especulativo que "desempenham um papel decisivo no processo de internacionalização e interdependência dos grandes mercados na economia mundial" (Tavares, 1993, p. 41).

Nesse contexto da transnacionalização dos espaços econômicos, os macromercados que se desenham e se concretizam nos cinco continentes são uma mediação temporal, uma fase intermediária entre os mercados nacionais e o mercado mundial (Becker, 1994a, p. 60). No entanto, e por enquanto, a transnacionalização dos espaços econômicos não passa de uma tendência, já que é parcial.

Embora, enquanto tendência, o processo de transnacionalização seja inquestionável, a internacionalização financeira é uma realidade incontestável, o capital financeiro adquiriu "a mobilidade e a fluidez necessárias à metamorfose de sua base real-produtiva, à sua forma de ativos financeiros, cuja valorização, muitas vezes, independe da sua base real" (Becker, 1994b, p. 9). Portanto, rompe com a rigidez das imobilizações físicas e, em conseqüência, supera a territorialização e, com isso, alcança mobilidade e flexibilidade mundial.

Entretanto, a mundialização dos mercados, um dos aspectos da transnacionalização econômica, entendida como a "produção manufatureira para o consumo de massa em escala mundial" (Tavares, 1993, p. 47), enfrenta barreiras alfandegárias crescentes, principalmente nos países do primeiro mundo.⁶

⁵Atualizando a tese, "últimas estimativas, dos bancos centrais dos países industrializados, dizem que o giro dessa especulação já está na casa de 1,43 trilhão de dólares por dia, só com transações com divisas, mas já está (Gazeta Mercantil 19/12/95) na casa dos 40 trilhões de dólares - quando o PIB mundial mal passa de 20 trilhões e o comércio internacional, ao longo de um ano, ainda não chegou a 6,5 trilhões. Um giro de 1,43 trilhão ao dia significa, ao fim de 250 dias úteis de um ano um total de 357 trilhões. É essa a dimensão do problema, que tira o sono dos governantes" (Novaes, 1996).

⁶BELLUZZO tem chamado a atenção para isto: "O velho protecionismo - o das barreiras tarifárias, este, de fato, é um cachorro morto. No entanto - ensina o prof. Robert Gilpin, de Princeton, em seu livro *The political economy of international relations* - os anos 80 foram o tempo da proliferação das barreiras não-tarifárias e de outros instrumentos que deram origem ao Novo Protecionismo. Ele consiste na criação da legislação de direitos de retaliação, definição de cotas de importação voluntárias ou involuntárias-, critérios de inspeção alfandegária, especificação de normas para concorrência pública, preferência de compras conferida às empresas locais". E continua Belluzzo dizendo que, além dos subsídios, crédito favorecido, "o novo protecionismo supõe, naturalmente, a expansão dos poderes discricionários do governo para a execução de políticas de fomento e de aumento de competitividade. A importância dessas práticas é muito grande na definição de novos padrões de comércio e de

O reverso dessa medalha é a **globalização produtiva**, isto é, a produção do mundo, que compreende, além de um sistema mundial de produção integrado via parceria, consórcios e cooperação de produtores, também um "sistema internacional de filiais industriais, comerciais e bancárias" (Tavares, 1993, p. 47). O Japão é o maior e mais bem sucedido exemplo da globalização produtiva.

Outro ponto da transnacionalização que a torna parcial são as bases produtivas manterem-se nacionais e assentadas em estruturas cujas relações estreitas e orgânicas ligam umbilicalmente "burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas industriais" (Tavares, 1993, p. 55). É o que Maria da Conceição Tavares conceitua como sendo "Capitalismo Organizado", cujo exemplos maiores e mais conhecidos são o Japão e a Alemanha, segundo a mesma autora, entre outros.

Para a valorização produtiva, continua, portanto, sendo decisiva a base nacional, mesmo que o capital financeiro tenha se tornado capital do mundo.

Ao mesmo tempo que se assegura a transnacionalização dos espaços econômicos, são crescentes as dificuldades interpostas à reprodução da força de trabalho.

Dois exemplos, para não deixar dúvidas das crescentes barreiras à reprodução da força do trabalho. Primeiro deles, o aparato de vigilância ao longo dos milhares de quilômetros da fronteira Norte-Americano-Mexicana⁷ para impedir a imigração dos mexicanos subdesenvolvidos no mundo desenvolvido. Segundo exemplo, são os movimentos conservadores de extrema direita na Europa, principalmente o neonazismo na Alemanha, que se voltam contra os estrangeiros residentes e/ou trabalhando nas empresas alemãs. Os turcos residentes na Alemanha são o alvo preferido dos **skinheads**.

produção. O 'velho' protecionismo era brincadeira de crianças diante da agressividade e da intransparência do "novo" (ISTO É SENHOR, n. 1156, p. 30, 20/11/1991).

⁷ O Jornal **ZERO HORA** do dia 10/11/1994 traz na página 48 reportagem reveladora da discriminação atual. Com o título "CALIFÓRNIA DECIDE PUNIR IMIGRANTES" e com subtítulo "Proposta 187 desperta o protesto do México, a reportagem informa que: "os eleitores da Califórnia aprovaram ontem a Proposta 187, que restringe o acesso de filhos de imigrantes ilegais às redes públicas de ensino e de saúde. Os números finais: 59% a favor e 41% contra a proposta, apresentada por Ron Price e Barbara Coe, dois dirigentes regionais do Partido Republicano". A Califórnia ostenta um dos maiores índices de desemprego dos EUA e os eleitores atribuem parte de seus problemas à presença dos trabalhadores ilegais procedentes do México e de outros países latino-americanos. O problema da clandestinidade é uma questão recorrente e que se agrava com o passar do tempo. O mesmo Jornal Zero Hora do dia 12/05/1996 traz nova matéria sob o título "Aumenta a repressão aos clandestinos" na p. 24. A reportagem diz no seu subtítulo que "O congresso americano aprova medidas que intensificam o combate à entrada de imigrantes ilegais no país". Diz a mesma reportagem que "continuou a ampliar a cerca de arame farpado de três metros de altura ao longo da fronteira como o México! A "cortina de ferro", o "muro de Berlim do velho oeste" aparta o povo rico do povo pobre. "...o Senador Alan Simpsom, republicano de Wyoming e autor do projeto de lei, (aprovado) posou diante de uma ampliação fotográfica de um *Green card* falso com sua fotografia e declarou-se satisfeito. Promoveremos mudanças significativas e abrangentes para acabar com os abusos da imigração ilegal. O próximo passo lógico será tratar da imigração legal. Só a Califórnia tem residente 2 milhões de imigrantes ilegais, esses são os números da perseguição, segundo a mesma matéria. **A aldeia global é antes de qualquer coisa uma aldeia apartada socialmente.**

A essa união dos semelhantes, os diversos "neos", para eliminar os diferentes, **é que L. F. VERÍSSIMO**, em crônica recente, **identificou como uma forma moderna de tribalização**.

Dessa forma,

"...constata-se que dois movimentos contraditórios, enquanto tendências, demarcam os dias atuais: primeiro, a transnacionalização dos espaços econômicos através da crescente desterritorialização do capital financeiro. Segundo, a regionalização dos espaços sociais via crescente territorialização da força de trabalho"⁸.

No primeiro caso, a transnacionalização dos espaços econômicos leva os espaços nacionais a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As nações que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se nas bases nacionais ou locais⁹ dos grandes conglomerados mundiais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se pela sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, mudando as condições do processo de valorização, aparecendo outra base nacional mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova base nacional¹⁰. Os espaços econômicos nacionais transformam-se, assim, em espaços alternativos à valorização do capital¹¹.

Já no segundo caso, pela regionalização dos espaços sociais através da crescente territorialização da força de trabalho, surgem os guetos que podem ser locais, regionais e até continentais, como é o caso da África. Mas é principalmente em nível de comunidade, de bairro, de município que a territorialização é mais problemática, já que não se territorializa em nível da União, ou de Estado. Os problemas decorrentes do processo rebatem com maior intensidade na instância político-administrativa mais próxima, ou mais acessível.

Em conseqüência, de um lado transnacionalizam-se os espaços econômicos nacionais e, de outro lado, regionaliza-se, ou melhor, territorializam-se os espaços sociais. Isso quer dizer: potencializa-se a reprodução do capital

⁸ Para uma visão histórica e atual dessa problemática ver: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. Especialmente o capítulo 14. Nesse capítulo fica claro "por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão, o que estava desterritorializando com a outra" (Deleuze e Guattari apud Harvey, 1993, p. 217).

⁹ É a internacionalização da velha disputa entre os Municípios e Estados para localizar empreendimentos em seu território. É exemplo atual a disputa pela nova fábrica da GM por 11 (onze) Estados brasileiros.

¹⁰ Ver a respeito dessa dinâmica da acumulação: MAZZUCHELLI, F.. **Contradição em processo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Especialmente p.96 e segs.; HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. Principalmente a Parte II.; TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. **Desajuste Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Capítulo I.

¹¹ Esta afirmação parece se contradizer com a afirmação acima de que "as bases produtivas mantêm-se nacionais". Na verdade, uma coisa é a valorização financeira, outra coisa é a valorização produtiva, uma coisa são as fábricas, outra coisa é a especulação financeira. Por fim, uma coisa é o capital produtivo, outra bem diferente é a lógica do capital financeiro. É preciso ter sempre presente essa diferença fundamental.

financeiro¹² e, ao mesmo tempo, delimita-se a reprodução da força de trabalho¹³. Ou ainda, libera-se o capital e aprisiona-se o trabalhador. No senso comum, esse processo aparece como neoliberalismo e apartação social.

Na verdade, o processo de desenvolvimento contemporâneo atende a uma dinâmica que passa por três esferas diferentes: primeira, uma imposição do processo geral de transformações conformado pelo processo de globalização econômica (produtiva, financeira, mercado) e que se define no conceito de competitividade, em uma direção dada pelo processo econômico liderado pelos grandes conglomerados mundializados, que acaba se transformando em objetivo de nações, regiões, organizações e instituições.

Segunda, uma brecha, uma possibilidade que, na verdade, é o outro lado da competitividade, e é o que lhe dá organicidade, e que denominamos de sustentabilidade. Sustentabilidade como reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos dos diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade nacional e/ou global (Becker, 1993, p. 137). Sustentabilidade compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais e ambientais, de inserir-se no processo geral potencializando seus recursos.

Terceira, uma novidade que, na verdade, se transformou numa necessidade do próprio processo de transformações: a flexibilidade. Flexibilidade que se desdobra em participação, parcerias, redes, cadeias, consórcios, alianças, integração, mercados comuns, entre outros. Flexibilidade que passou a aproximar grupos, classes, organizações, instituições, regiões e nações para tratar de

¹² Nos termos de Harvey (1993) conforma-se a "acumulação flexível". Este processo demarca o confronto direto com a rigidez do fordismo. E "se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" (...) no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (Harvey, 1993, p. 140).

¹³ A maior "flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países avançados (...) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição ao 'funcional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical" (Harvey, 1993, p. 140/1).

determinados fins de interesse comum, e que se tornou sinônimo de parceria entre diferentes e até, quem imaginaria, parceria entre firmas concorrentes e nações inimigas.

Competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares, que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo.

Assim, em resumo pode-se afirmar:

Por um lado, existe um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderado pelos países do primeiro mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de competitividade para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas. Num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias baseadas nos recursos ambientais (naturais) e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sócio-cultural.

Temos os dois lados da moeda, globalização econômico-organizacional e regionalização sócio-cultural, ligando cara e coroa, e mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação) está o processo de flexibilização. É uma espécie de descentralização político-institucional de todos e em todos os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da alteridade; portanto, admite a existência de múltiplos sujeitos e, assim, enquanto tendência, abre a possibilidade à participação dos diferentes, a parceria de diferentes, a regulação entre diferentes e a integração dos diferentes¹⁴

Por enquanto, esse fenômeno é limitado. Mas, enquanto tendência, não devemos subestimá-lo. Trata-se, na verdade, de se pensar a nossa realidade, a partir

¹⁴ Recuperar as diferenças significa retomar, repor a criatividade humana no seu sentido mais lúdico de respeito à totalidade do indivíduo enquanto sujeito do processo de desenvolvimento. No sentido que lhe dá TOURAINE, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Especialmente na terceira parte, p. 211 a 370.

de agora (e quem sabe: imaginar nosso futuro), através do **diferencial** (Goldman, 1994, p. 29).

Em síntese, pode se dizer que existe uma ação hegemônica (processo de globalização econômico-organizacional, processo de igualização), que abre a possibilidade para a reação, a contra-hegemonia (processo de regionalização sócio-cultural, processo de diferenciação), as quais necessitam de mediação (processo de descentralização político-institucional, processo de flexibilização).

Nos termos analíticos propostos por Polanyi (1980), existe um movimento que prima pelo econômico, ao mesmo tempo, configura-se um contramovimento, que por excelência é social, dos quais resulta a necessidade de mediação, que por pressuposto é política.

Neste contexto, articula-se todo um receituário oficial pregando todo um conteúdo para o desenvolvimento contemporâneo. A bandeira da sustentabilidade carrega esta oficialidade. Passemos à sua discussão.

1 SUSTENTABILIDADE OFICIAL

Invariavelmente, os textos sobre a questão da sustentabilidade trazem na sua introdução preocupação com "os limites do crescimento material" (Hogan e Vieira, 1995 p.8), o que se faz (Kendall, 1994) "afirmar que os seres humanos e o mundo natural estão numa rota de colisão" (apud Cavalcanti, 1995. p. 17), deixando entender que a irracionalidade do sistema estaria provocando essas distorções no processo de desenvolvimento humano.

Isso estaria ocorrendo porque "a crise ambiental contemporânea é justamente a irrupção da natureza, do Mundo das Coisas, enquanto sujeito, na história humana (no mundo mundano, nas palavras de Seres, 1990. p. 18)" (Stahel, 1995. p. 113). Como se fosse uma reação da natureza à sociedade industrial, já que "os ciclos naturais foram substituídos pelos ciclos industriais" (Goldsmith, 1992 apud Stahel, 1995. p. 123).

Nessa mesma linha interpretativa, a crise ambiental seria consequência do "definimento do paradigma cartesiano - newtoniano" (Rohde, 1995. p. 141), por este absolutizar os aspectos quantitativos e relativizar os aspectos qualitativos (Stahel, 1995. p. 109), o que gera a recorrente impossibilidade de se quantificar a qualidade¹⁵, e além de os aspectos qualitativos serem "incorporados no sistema de preços" (Acsehrad, 1995. p. 131).

Leis (1995, p.16) inclui outra dimensão à questão dizendo:

A desordem global da biosfera põe em evidência o "pecado original" da civilização. A humanidade vive em duas realidades: uma mais permanente, a do planeta Terra, e a outra mais transitória, a do mundo. A Terra e sua

¹⁵Embora algumas tentativas estejam sendo feitas. Exemplos: IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO) DA ONU, OS IDS (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FEE). Logo mais deverá aparecer um IDN (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA NATUREZA) ou coisa parecida. Outras pregações também podem ser constatadas: BUARQUE, 1992; BUARQUE, 1994. Alguns vão mais longe na busca do preço do uso na natureza: ALTVATER, 1995 e MAY e MOTA, 1994.

biosfera formam uma grande síntese de sistemas interativos e complexos (orgânicos e inorgânicos). O mundo é uma "segunda" realidade, derivada da ocupação da Terra pela espécie humana. Mas enquanto a Terra é uma unidade de sistemas altamente equilibrados e estáveis, o mundo é todo o contrário. As obras e valores dos seres humanos configuram sistemas de alta instabilidade, com características divergentes e contraditórias entre si e com relação à natureza. A crise ecológica global se origina na radicalidade alcançada nos tempos modernos pela dualidade Terra - mundo, já que esta, por ser inerente ao princípio ativo da civilização, é também inevitável.

Dá para perceber, pelos termos usados, que o autor, ao referir-se a equilíbrio e estabilidade, está destacando os desequilíbrios quantitativos como princípio do contraditório entre Terra - mundo. Mais uma vez, a quantidade aparece como moto de um "desenvolvimento estreito e predatório" (Ferreira & Ferreira, 1995. p. 121).

Nessa concepção, a natureza é considerada como recurso que deve ser preservado, como quantidade escassa, cujo consumo no processo produtivo deve ser racionalizado, já que é considerada meio para a reprodução econômica.

Isso está absolutamente dado "para os adeptos da racionalidade economicista, os recursos não são vistos senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço". (Vieira, 1995. p. 106). Nesse rol, estão, além dos recursos humanos, os recursos culturais. Todos são considerados quantidades de insumo e/ou meios indispensáveis para a exploração econômica. Só por isso, porque são quantidades, possuem a alcunha de recursos. Nessa linha, autores famosos, cunham conceitos famosos como "capital humano", logo cunharão outros: capital natural, capital cultural, etc.

Enquanto recurso, quantidade, custo e, só por isso, "foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e consumo das populações humanas, mas que dizem respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva" (Ferreira & Ferreira, 1995, p. 19). Portanto, é por excelência um problema do padrão de produção e consumo.

Nesse momento ganham força na contenda duas linhas básicas: uma de denúncia; outra de acusação.

Na linha da denúncia, encontra-se "A lista básica" dos problemas mais sérios atualmente ameaçando o planeta [é] constituída: pelo efeito estufa, pela depleção da camada de ozônio, pelo acúmulo de lixo tóxico, pela perda da biodiversidade e pelo esgotamento de recursos não-renováveis. Esses fenômenos implicam danos irreversíveis e irreparáveis para a humanidade, pelo menos dentro dos padrões da tecnologia conhecida ou previsível. Qualquer agravamento desses problemas poderia pôr em risco a sobrevivência de pelo menos parte da população do planeta, num futuro mais ou menos longínquo.

Num patamar inferior de gravidade, periculosidade e irreversibilidade, encontra-se uma categoria de problemas derivados do uso de tecnologias inadequadas, da má-administração de recursos naturais, do crescimento populacional ou de uma combinação desses fatores. Estes incluem fenômenos tais

como a chuva ácida, a desertificação, a erosão, a poluição do ar, as enchentes, o esgotamento de recursos hídricos, a contaminação radiativa etc. Todos estes são graves em si mesmos, mas são localizados em espaços mais definidos e são suscetíveis de serem controlados e revertidos num prazo relativamente curto, utilizando-se a tecnologia disponível (Martine, 1996, p. 23).

Na linha acusatória, Martine (1996) é definitivo: "a responsabilidade principal, para a maioria das ameaças planetárias mais graves, recai totalmente sobre os países de industrialização avançada" (p. 23). São os responsáveis pelo efeito estufa, depleção da camada de ozônio, lixo tóxico, esgotamento dos recursos não-renováveis. Embora Martine (1996) reconheça que "existe uma série de problemas ecológicos, de âmbito local, regional ou nacional, cujos antecedentes são claramente atribuíveis ao complexo pobreza/crescimento demográfico acelerado/tamanho populacional/subdesenvolvimento" (p. 24) dos países periféricos que levam ao desmatamento, à desertificação, enchentes, à perda da biodiversidade, entre outros, mesmo assim, não deixa dúvidas, é "fácil demonstrar que os padrões de produção e de consumo dos países desenvolvidos são responsáveis pela maioria dos piores problemas de degradação ecológica" (p. 24).

Transparece nesse tipo de interpretação a crise ambiental como resultado do padrão de produção e consumo, principalmente dos países desenvolvidos, deixando entender que bastaria desconstruir um velho padrão de desenvolvimento e em seu lugar colocar um novo padrão. Para tanto, bastaria racionalizar as irracionalidades do atual padrão de produção e consumo. Esquemáticamente, poder-se-á representar essa forma de interpretar quantitativamente a crise ambiental da seguinte forma:

QUADRO 01 - Racionalização dos Recursos

VELHO PADRÃO	TRANSIÇÃO-CRISE	NOVO PADRÃO
(+) recursos		(-) recursos
(+) natureza		(-) natureza
(+) humano		(-) humano
(+) cultura		(-) cultura
(+) ferro		(-) ferro
(+) frango		(-) frango
(+) leite		(-) leite
(+) suíno		(-) suíno
(-) RACIONAL	RACIONALIZAÇÃO	(+) RACIONAL

Fonte: Quadro criado pelo próprio autor.

Bastaria, portanto, aumentar a eficiência do processo produtivo. Produzir mais, consumindo menos recursos. Ou seja, produzir mais carros com menos ferro por carro; produzir mais derivados de frango, suíno, leite, consumindo menos carne de frango e de suíno e menos leite por unidade produzida.

Por mais incrível que pareça, essa pregação encontra guarida na atualidade. Cresce fantásticamente o rendimento econômico das matérias-primas

básicas através do processo de “descomoditização”¹⁶. Ao mesmo tempo que cresce aceleradamente a produtividade do trabalho¹⁷, quantitativamente usam-se menos “recursos” naturais, culturais e humanos. O desemprego crescente¹⁸, seja estrutural ou seja tecnológico, é o exemplo. Até que ponto a racionalidade proposta por este tipo de interpretação quantitativa da crise ambiental é funcional ao sistema e a legítima? Será que não é uma tentativa de racionalizar o irracionalizável? Ou, talvez, uma tentativa de construir uma nova bandeira de luta, uma nova utopia, já que tantas outras bandeiras e utopias foram perdidas ao vento nas últimas décadas?

Algumas coincidências são reveladoras do parentesco existente entre a bandeira da sustentabilidade e a da competitividade. Tanto uma quanto outra parecem aflorar do mesmo processo de transformações no padrão de desenvolvimento iniciado nos anos 60.

As dificuldades de reprodução do padrão de desenvolvimento que levaram ao fim do padrão monetário, baseado no dólar americano, no início dos anos 70, são o marco de um processo de transformações “que caracteriza a reestruturação mundial do capitalismo”(Mattoso, 1995, p. 62). Essa reestruturação deslança todo um processo de reestruturação econômica de países, primeiro os avançados, depois os atrasados, acompanhada por toda uma reestruturação produtiva e patrimonial das empresas¹⁹.

Esse processo se assenta numa revolução tecnológica dos métodos de produção por excelência racionalizadora de tempo, espaço e materiais. Racionalizar passou a significar menos tempo, estoques, trabalho, energia, custos, Estado, entre outros. Em outros termos, significou eliminar do processo produtivo todos os “desperdícios”, todas as irracionalidades. Dessa forma, elevou-se fantásticamente a produtividade, potencializando a valorização produtiva e, assim, viabilizando a financeirização da riqueza via crescente valorização financeira dos ativos.

Iniciada nos países desenvolvidos, essa mudança no padrão de desenvolvimento generalizou-se a partir dos anos 80 para o mundo, provocando uma verdadeira revolução nas relações sociais e econômicas, revolução que alguns autores denominam de a “Terceira Revolução Industrial”.

É estranho e elucidativo observar como o movimento pela sustentabilidade do sistema ganhou corpo e força paralelamente às transformações que modificariam profundamente os fatores determinantes da competitividade, dando forma e conteúdo a novos padrões de concorrência intercapitalista.

¹⁶Sobre esse processo consultar COUTINHO e FERRAZ, 1994 e FERRAZ et al, 1996; CANO, 1994; NAKANO, 1994.

¹⁷Sobre as transformações recentes no mundo do trabalho consultar: MATTOSO 1995; MATTOSO et al (orgs.), 1994; MATTOSO e OLIVEIRA (orgs.) 1996; ANTUNES, 1995; CORIAT, 1994; TORRES, 1994.

¹⁸Dados sobre o desemprego ver bibliografia da nota acima.

¹⁹Ver a esse respeito: COUTINHO E FERRAZ, 1994; FERRAZ et al, 1996; MATTOSO et al (org.), 1994. MATTOSO e OLIVEIRA (orgs.), 1996; MATTOSO, 1995 e BECKER, 1995.

Ao mesmo tempo que ruía o padrão dólar, vinha a público o relatório Meadows do Clube de Roma denunciando os Limites do Crescimento, publicação essa que coincidiu com a realização pela ONU da primeira grande conferência sobre a questão ambiental em 1972, na cidade de Estocolmo.

“Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo [nem as dificuldades do padrão dólar] caíram do céu. Elas foram a consequência de debates [da especulação contra a moeda americana] sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, [de forma continuada e persistente] começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade, [insustentabilidade], que possibilitou [levou] a primeira grande discussão [crise] internacional culminando na [no] Conferência de Estocolmo em 1972 [fim do Padrão Dólar no mesmo ano]”.(Brüseke, 1995, p. 29/30). Qualquer semelhança terá sido mera coincidência!

Desdobramentos posteriores²⁰ como os compreendidos no conceito de ecodesenvolvimento, encontrados na Declaração de Cocoyak e no Relatório Dag-HammarsKjöld (Brüseke, 1995, p. 32) aprofundaram a crítica ao padrão de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, propuseram alternativas racionalizadoras para o sistema.

Por fim, chega-se ao Relatório Brundland que propõe que “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades...”. Sobretudo atender “as necessidades essenciais dos pobres do mundo” (Brundland, 1991. p.46).

Parafraseando a TV Globo, poderíamos dizer “Esta é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com a realidade terá sido mera coincidência”. Nesta mesma linha de ficção, aparece a ECO 92 que reuniu mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de Governos e não correspondeu às esperanças e às expectativas (Relatório Worldwatch apud Brüseke, 1995, p. 34).

Já que a riqueza continuou sendo concentrada pelos países ricos e a pobreza continuou sendo acumulada pelos países pobres, seguindo a lógica neoliberal que levou os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres, está cada vez mais difícil racionalizar essas irracionalidades, conforme veremos no próximo item.

Racionalizar a quantidade na exata medida qualitativa necessária para melhorar o desempenho competitivo de empresas e nações²¹ foi em si meio e fim para viabilizar um novo padrão de acumulação. Os programas de qualidade total

²⁰Para aqueles que quiserem reconstruir toda a trajetória sugere-se: GEORGESCU - ROEGN, 1971; Sachs, 1986 a, 1986 b, 1993; ROHDE, 1995, D'AMATO, e Leis, 1995; BRÜSEKE, 1995; LEIS (org), 1991; PIRES e SEKIGUCHI, 1995; VIOLA, 1992 ; VIOLA & BOEIRA, 1990; VIOLA & LEIS, 1991; VIOLA, 1992 b; VIOLA, 1993.

²¹Sobre a dinâmica e a lógica das transformações recentes ver BECKER, 1995. p. 15 e segs.

bem como a normalização contida na Série ISO difundem para o mundo essa lógica²², já que foi impossível racionalizar o irracionalizável.

2 SUSTENTABILIDADE IDEALIZADA OU EMBANDEIRADA

Dizem que a história não se repete, mas que o presente resulta de um passado remoto também não se nega. As semelhanças, as diferenças, as continuidades, as descontinuidades demarcam, nos dias atuais,

“ - uma espécie de tempo radical de rivalidade e desenvolvimento, magnífico, multiforme, crescendo e lutando como uma floresta selvagem, e, de outro lado, um poderoso impulso de destruição e autodestruição, resultante de egoísmos violentamente opostos, que explodem e batalham por sol e luz, incapazes de encontrar qualquer empecilho, qualquer consideração dentro da moralidade ao seu dispor” (Nietzsche apud Berman, 1986, p. 21).

Resulta que “todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antigüidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos (Marx apud Berman, 1986, p. 20).

Estas duas citações são uma amostra como Marx, Nietzsche e seus contemporâneos viveram a modernidade em sua totalidade e profundidade.

Hoje, “um século depois, o processo de modernização desenvolveu uma rede da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo; podemos aprender de maneira considerável com os primeiros modernistas, não tanto sobre o seu, mas sobre o nosso tempo” (Berman, 1986, p. 35), tendo em vista que hoje, mais do que nunca, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Essa intensificação do processo de modernização instalou pessimismo e um sentimento de passividade e desesperança em muitos de nós nos anos recentes, como se fosse um desencadeamento radical com a modernidade.

Os desencantos se multiplicam por todos os campos e esferas. São de toda ordem e natureza. Por exemplo: existe desencanto com a ciência moderna em geral e em especial com a ciência econômica; há desencanto com o desenvolvimento humano.

Santos (1988) vai direto ao ponto, “estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica” (p. 47). Perdemos a fé na eternidade, determinismo, mecanicismo, reversibilidade, ordem, necessidade do paradigma dominante (p. 56). Perdemos inclusive a crença no rigor científico, “porque fundada no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica; um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (p. 58).

²² Governos, empresários, entre muitos outros, submetem-se a essa lógica acreditando ser a saída para a sua gestão, mal sabendo que por esse caminho chegarão à autodestruição.

Nesse contexto, a ciência econômica

...é uma ciência cuja matematização e formulação são cada vez mais rigorosas e sofisticadas; mas essas qualidades contêm o defeito de uma abstração que se separa do contexto (social, cultural, político); ela conquista sua precisão formal esquecendo a complexidade de sua situação real, ou seja, esquecendo que a economia depende daquilo que depende dela. Assim, o saber economista que se encerra no econômico torna-se incapaz de prever suas perturbações e seu devir, e torna-se cego ao próprio econômico (Morin e Kern, 1995, p. 70).

Morin (1987) vai mais longe no seu desencanto: "sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece" (p. 19). É, enfim, um conhecimento mutilado/mutilante, atomizado, parcelado e redutor (Morin, 1989, p. 13).

Para estes e outros autores²³, a ciência moderna constitui-se num ciclo vicioso do objeto-sujeito-objeto e que se expressa na linearidade, determinismo, mecanicismo e disciplinaridade do conhecimento produzido. Enquanto tal, é redutor e a-histórico, não conseguindo dar conta da complexidade e da dinâmica do real.

Esse desencantamento aparece mais contundente quando observado mais de perto o desenvolvimento humano recente. Um desenvolvimento "estreito e predatório "segundo alguns; concentrador"²⁴, menos de um quarto da população mundial consome 80% dos bens e mercadorias produzidos pelo homem (Martine, 1996. p. 25); depredador, menos de 25% da população do globo vivem nos países ricos consumindo mais de 75% da energia (Morin e Kern, 1995, p. 83); "que rejeita em seus guetos os excluídos do desenvolvimento, entre os quais 10% a 20% de desempregados" (Morin e Kern , 1995, p. 87).

Isso faz Morin e Kern (1995) afirmar que "a idéia de desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvida porque presa à racionalidade econômica" (p. 74). Essa

...idéia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas. Ela reconheceu nessas culturas apenas idéias falsas, ignorância, superstições, sem imaginar que continham instituições profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida e valores éticos atrofiados entre nós. Fruto de uma racionalização ocidental-cêntrica, o desenvolvimento foi igualmente cego ao fato de que as culturas de nossas sociedades desenvolvidas comportam dentro delas, como todas as culturas, mas de formas diferentes, ao lado de verdades e virtudes profundas (entre as quais a da racionalidade, autocrítica que permite perceber as carências e

²³ Autores conhecidos como Habermas, Marcuse, Adorno, Castoriadis, Baudrillard, Gaarder, Capra, Buarque fazem coro conjuntamente com outros tantos no seu desencanto com os resultados produzidos pela Ciência moderna.

²⁴ Dados compilados por SACHS (1993) são definitivos: Países desenvolvidos consomem, em números redondos, a produção mundial de 72% do leite; 64% da carne, 81% do papel e papelão, 86% do alumínio, 86% de cobre, 80% do ferro e do aço, 87% dos produtos químicos, 92% dos automóveis, etc. etc.

falhas de nossa própria cultura), idéias arbitrárias, mitos sem fundamentos (como a ilusão de termos chegado ao auge da racionalidade e de sermos os depositários exclusivos desta), cegueiras terríveis (como as do pensamento fragmentado, compartimentado, redutor e mecanicista) (p. 84).

Segundo Buarque (1989)

...as idéias do mundo, salvo a idéia de progresso, passam a ser descartáveis, ou legitimadas em função de sua articulação com a idéia central, a realização do progresso. Os valores estéticos e éticos e o conceito de eficiência social passam a definir-se conforme a contribuição que venham a oferecer ao processo de crescimento do produto na economia. As definições de beleza, de justiça, de soberania são subordinadas ao progresso no seu sentido material (p. 51).

Dessa forma, o desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, perdendo as demais dimensões da vida e da espécie humana.

Devagar, mas crescentemente, os desencantos com a modernidade foram fazendo parte do cotidiano dos desenvolvimentistas, progressistas, cientistas, entre tantos outros desencantados. Descobriram que o próprio processo de produção da riqueza produz a pobreza. Descobriram que "o capitalismo marcou a inversão dos meios econômicos em fins, apoiado na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação. Caracteriza-se por estar centrado na racionalidade econômica, em detrimento de outras racionalidades" (Stahel, 1995, p. 117).

Essa descoberta se tornou "definitiva" com a derrocada do socialismo real. Com ele teria acabado o sonho, a utopia e a história, segundo alguns.

Assim, as diversas utopias foram sendo exorcizadas pelo próprio processo de modernização, o que, em outras palavras, pode ser traduzido no avanço absoluto do capitalismo. Agora, mais do que nunca, o econômico reina absoluto em todos os cantos e recantos do mundo.

Esse primado da racionalidade econômica pressupõe a transformação das outras racionalidades. Por isso, precisamos transitar da velha para uma nova ciência; do velho método científico para um novo método; do velho rigor científico para um novo rigor; da democracia político-formal para a democracia sócio-real; da ciência econômica tradicional para a ciência econômica ecológica; do velho progresso para um novo progresso; do velho socialismo-real para o novo socialismo-democrático; do velho desenvolvimento para o ecodesenvolvimento; do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a sustentabilidade tem aparecido como uma nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica. E nesse sentido a sustentabilidade é funcional ao sistema capitalista, pois compõe com a competitividade

...um duplo movimento contrário: complementar de difícil equilíbrio: o movimento da expansão contínua do mercado [COMPETITIVIDADE], o qual tem como objetivo se estabelecer sobre bases auto-reguladas e supõe o predomínio de valores materiais e de uma razão instrumental; e o contramovimento [SUSTENTABILIDADE] destinado a frear e regular o

mercado, o qual tem como objetivo [FLEXIBILIDADE] a proteção do homem e da natureza e supõe a preservação e promoção de valores éticos e espirituais (Leis, 1995, p. 29).

Portanto, ao mesmo tempo que exorciza velhas utopias, o próprio sistema cria e recria novas. A sustentabilidade é a que está, entre muitas outras, se tornando hegemônica nos anos 90, como se fosse o reencantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem alguns. Nessa condição, parece configurar uma nova racionalidade do sistema capitalista. Enquanto tal, parece conformar um novo padrão de regionalização social.

De que forma esta regionalização social poderia ou deveria acontecer? É a especulação do próximo item.

3 SUSTENTABILIDADE ALTERNATIVA

Essa nova racionalidade do sistema capitalista pressupõe o desaparecimento das grandes utopias, o fim da era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao mesmo tempo, enquanto tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos²⁵ de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientar-se-á pelas necessidades e interesses locais²⁶. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento.

Aceita-se, portanto, que exista uma tendência, atual e irreversível, que esteja se concretizando numa passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das microdecisões, das micropolíticas e dos pequenos projetos, que levarão/levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto no processo geral de transformações²⁷.

²⁵ Usamos o termo "modelo" como sinônimo de padrão.

²⁶ Não se está pregando ou defendendo nenhum tipo de "paroquialismo", "localismo", "regionalismo", "nacionalismo" ou "particularismo", característicos dos movimentos reacionários. Os neoconservadores são os que se valem da mitologia da tradição, da memória coletiva, da localidade e do lugar, da identidade cultural para tornar o processo de universalização da cidadania impossível. Ao contrário, neste texto, busca-se afirmar as aspirações universais como resultado de uma troca permanente, de um diálogo perpétuo do local, do lugar com o global. Com isso quer-se dizer que o retorno à diferença, ao heterogêneo, ao plural, à "estética do lugar" abre para a reconsideração geral da espacialidade e para que **cada lugar possa criar sua imagem e construir sua identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental. E, assim, além da troca com o movimento global de transformações, possa constituir interfaces, pontos comuns de ação com seus singulares.**

²⁷ Ao mesmo tempo que se reconhece uma tendência e a existência de um processo geral de transformações, admite-se que os múltiplos modelos estejam atrelados à transnacionalização dos espaços econômicos. Em outras palavras, a lógica da atual transnacionalização dos espaços econômicos

Antes, no entanto, de aprofundar a discussão sobre a nova realidade, é preciso não esquecer, porque é sempre necessário lembrar, os limites desse processo. Esta é uma nova fase expansionista do sistema²⁸ capitalista e, portanto, ocorre de acordo com seus pressupostos, ou melhor, de acordo com suas principais barreiras à emancipação humana: divisão do trabalho e propriedade privada.

Não pode haver espaço para ilusão! Essa nova fase expansionista ocorre dentro dos limites do Modo Capitalista de Produção. As transformações atuais são transformações capitalistas, cuja funcionalidade está a serviço da valorização do capital financeiro, transnacionalizada.

Qualquer "novo" modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro dos parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global, como já exposto. São esses instrumentos "pós-modernos" que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas.

Recupera o capitalismo, dessa forma, o turbilhão da criação destrutiva e da destruição criativa como muito bem cristalizou SCHUMPETER na figura heróica do empreendedor que era, segundo sua concepção, um destruidor criativo "por excelência", porque estaria preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social, mesmo que o desfecho esteja fadado à tragédia.

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das economias, das políticas, das tecnologias, das sociedades, dos ambientes diferenciados se torna orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital financeiro, do novo padrão de acumulação flexível que se desenha e se avizinha.

Por isso, não se tem, neste item, nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a "municipalização" disso ou daquilo seja melhor ou pior, para beltrano ou cicrano. Municipalizar, localizar, territorializar as dificuldades, os problemas é funcional ao sistema capitalista. Devolve-se, dessa forma, os desafios às comunidades locais.

Cada qual deve se estruturar, se organizar para enfrentar a nova realidade, arcar com os custos sociais de sua própria reprodução, essa é a lógica do processo.

Portanto, a possibilidade de que afluam novos modelos, novas utopias e, por conseqüência, que coexistam múltiplos modelos de desenvolvimento é uma

é a lógica dos conglomerados econômicos transnacionalizados que articulam-subordinam via controle das informações, produção organizada do conhecimento, poder de coordenação financeira, parceria e consórcio um conjunto cada vez maior de agentes econômicos distribuídos no globo terrestre.

²⁸ O termo sistema, nessa parte do texto, como nas demais, é usado como sinônimo de processo.

realidade decorrente do próprio processo de transformações do sistema capitalista e é funcional ao mesmo.

A partir da participação direta é que se pode pensar a sustentabilidade como projeto alternativo, que num primeiro momento pode ser funcional ao sistema, mas com o tempo, quem sabe, se transformar num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação.

Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento, longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas, nascem entre os homens que os procuram juntos no processo de uma troca dialógica.

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento, enquanto modelo, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão social. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver, melhor: fazer desejar.

O processo de desenvolvimento participante assim concebido, assim praticado, escancarará a porta para o desconhecido, para o verdadeiro futuro, novo, irreduzível ao presente ou às imagens idealizadas do passado, processo de desenvolvimento participante concebido enquanto subversão do conjunto das condições da vida humana. Para submeter o cotidiano dos indivíduos é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento enquanto subversão do modelo contemporâneo de desenvolvimento.

Dessa forma se contrói uma utopia desenvolvimentista que, enquanto tal, se destaca do conceito para tornar-se imagem, imagem mediadora e aberta à verdade do desejo. Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para a utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo (Abensour, 1990, p. 153).

A educação do desejo, é essa grande função organizadora do desenvolvimento participante: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo. Porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais, sobretudo a desejar de outra forma (Abensour, 1990, p. 145). Despertar a faculdade de desejar, de sonhar é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano.

Só assim é possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento são mistérios a desvendar, enquanto tal, estimulante à imaginação. Mistério a descobrir, ou melhor, enigma a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a partilhar, a trocar, a viver e a pensar em comum (Abensour, 1990, p. 167).

Sem sonhos, sem ilusões com os pés na realidade, mas nem por isso pessimistas e/ou fatalistas, pois, embora dentro de limites muito claros e barreiras muito precisas, é aconselhável reconhecer que existe uma vaga possibilidade de a humanidade galgar a um patamar superior nas suas relações. Seja nas relações entre os homens, seja nas relações dos homens com a natureza, seja nas relações de poder, há a possibilidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade

criativa e inovadora dos indivíduos. Principalmente recuperar a energia decorrente de participação direta no processo decisório do desenvolvimento.

Por isso, torna-se imperativo pensar-se alternativas complementares à democracia representativa que a elevem de uma "democracia participada" para uma "democracia participante", embora sabendo-se da crítica de Bobbio (1991, p. 50) que afirma ser "a democracia direta (...) um corretivo útil, para a democracia indireta". Apesar dessas limitantes, é preciso recuperar a possibilidade de que cada cidadão possa influenciar as decisões que o interessam. E mais, é preciso "uma democracia representativa que se abra às formas da democracia direta" (Occhetto, 1991, p. 14). Isso será possível através da "progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta"²⁹, de modo a desen-volver cada liberdade (...) e cada forma de participação" (Cerroni, 1991, p. 62).

Para isso, é necessário superar dois desafios: criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental e recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Repor esse conteúdo à democracia é repor o caráter subversivo da democracia.

"Não é uma relação pacífica [é um lugar do conflito, da diferença, de divergência, do plural, da contradição], porque a democracia é subversiva. E é subversiva no sentido mais radical da palavra, porque onde quer que ela chegue subverte a tradicional concessão do poder, tão tradicional, que é considerado natural, quando se trata do poder político ou econômico, do poder paterno ou sacerdotal - desce do alto para baixo" (Bobbio, 1991, p. 43).

Tornar-se-á muito mais subversiva se a democracia for transformada em "democracia participante" ao invés da simplesmente "democracia participada". Será o poder subindo de baixo para cima.

Essa, aliás, além de ser uma tendência, tornou-se uma necessidade do próprio processo democrático, pois compreende a superação da democracia formal, da democracia política na direção da democracia real, da democracia social. Abrange, portanto, a transição do cidadão genérico, abstrato, para o cidadão específico, concreto.

²⁹ A combinação da representação e da democracia direta certamente será a experiência mais importante dos próximos tempos, pois não é gratuita a crise do Estado, formado exclusivamente sob o princípio da representação delegada. Ela é reconhecida por cientistas políticos de todas as ideologias e origina-se, principalmente, da impotência do Estado atual para gerar políticas sociais eficazes. Nasce, também, da tendência corporativa dos parlamentos, que têm se pautado por encaminhar os problemas gerais da sociedade e cuidar muito bem das suas próprias vantagens, reflexo dos interesses das suas maiorias, hostis às reformas que a sociedade reclama. A participação direta da cidadania proporciona, então, a criação de uma esfera pública não estatal, de controle sobre o Estado, através da qual o eleitor afirma a sua autonomia, de maneira individual ou agrupada, para dar ao seu voto a consequência pretendida e que tem sido fraudada pelo Executivo e pela instituição parlamentar, inclusive nos países modernos e desenvolvidos. Em vez de o Estado invadir a sociedade, este método impregna o Estado de um controle crítico permanente. É o caso do "Orçamento Participativo" em Porto Alegre." (Genro, T., 1994, p. 17).

Contra o ceticismo de muitos, o pessimismo de alguns, a parte final desse item adiantará subsídios e argumentos em favor da crença na viabilidade de uma democracia mais participante. Pressupõe ela como "exigência fundamental alargar o controle democrático do sistema político para o sistema econômico" (Bobbio, 1991, p. 53) nos mais diversos níveis (comunitário, local - picada, linha, vila, bairro - , municipal, sub-regional, regional, etc.) e nos mais diversos espaços (institucional, sindical, empresarial, organizacional, etc.).

Na verdade, não só pressupõe o alargamento dos controles democráticos, mas principalmente requer o aprofundamento do próprio processo democrático via múltiplas e variadas formas de participação do cidadão real/concreto no processo decisório.

Essa, aliás, além de ser uma tendência do próprio processo de democratização, assenta-se na possibilidade de uma transformação qualitativa de um sujeito politicamente passivo para um sujeito socialmente ativo. Acredita-se, portanto, que a emancipação humana pode e vai muito além da emancipação política e concorda-se com Bobbio (1991, p. 54) que a "emancipação política não é suficiente, é, no entanto, sempre necessária, não podendo existir emancipação humana que não passe pela emancipação política. Esta emancipação requer o desenvolvimento, a extensão, o reforço de todas as instituições das quais nasceram a democracia moderna".

Não se trata, portanto, de reinventar a roda. Trata-se, isso sim, de recolocar velhas questões ao lado de novas alternativas à participação. Portanto, não se trata de eliminar "a democracia representativa, indireta e dominante, [que] consegue representar a si próprio, como grupo oligárquico de poder e interesse acima da sociedade civil oprimida". (Guiducci, 1991, p. 75), ou eliminar porque "o modelo representativo tornou-se de fato um invólucro ao qual não corresponde há tempos à substância dos poderes".

Pelo contrário, trata-se de superar os limites, as dificuldades crescentes interpostas ao processo de democratização recente, via aprofundamento da própria democracia. Como afirma Bobbio, a "democracia é subversiva" ao qual acrescenta, com sabedoria, Ingraio (1991, p. 184) que a democracia moderna é subversiva exatamente porque "ao revelar sua imperfeição pede para tornar-se perfeita".

Melhor do que isso, o caráter subversivo do processo democrático cria a cada momento novas possibilidades para se desenharem formas alternativas baseadas em elementos econômicos, culturais, sociais, técnicos, políticos e ambientais entre os quais se possa escolher e pelos quais seja permitido pedir também variantes ulteriores ou diretamente, inovações originais por parte dos cidadãos (Guiducci, 1991, p. 76).

Entretanto, só "uma sociedade não apenas sem propriedade privada, mas também baseada numa distribuição social e horizontal de todos os trabalhos produtivos e de todas as atividades sociais, poderia, na verdade, ser participante e responsável na igualdade e, portanto, mais livre e mais justa" (Guiducci, 1991, p. 78).

Embora essa assertiva pareça uma utopia distante no tempo, que esbarra na impossibilidade real e atual para sua concretização, não se pode esquecer que é

por sua natureza contraditória que a democracia torna-se hoje sempre mais subversiva, sendo, por isso, incômoda, desordenada, freqüentemente irritante (Gerrantana, 1991, p. 108). Enquanto processo de democratização, ela educa e abre espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admite o conflito, a divergência e a pluralidade. É exatamente esse caráter dinâmico que torna a democratização um processo progressivo.

“E isso somente é possível alargando e organizando nossa sociedade” (Ingrao, 1991, p. 191). Isso quer dizer introdução, expansão, consolidação e aprofundamento da democracia nas mais diversas áreas de desenvolvimento humano: sócio-cultural, econômico-organizacional, técnico-ambiental e político-institucional.

Na verdade, esse processo pressupõe um novo ordenamento social, por isso fundamenta uma nova fase desenvolvimentista na qual transferir-se-ão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do Estado, elevando-o para um patamar superior (Signorile, 1991, p. 196).

Essa tendência tem na base o caráter transformador e subversivo do próprio processo democrático e remete a discussão para o terreno gramsciano da hegemonia³⁰, que se constrói e se consolida no nível da sociedade civil³¹. Ali

... a conquista da hegemonia e a busca de consenso, entendidas como funções onde se exprime a atividade estatal na sua relação orgânica com todas as articulações da sociedade civil, longe de exigirem uma liberdade do Estado, empenham-se na conquista positiva de uma liberdade no Estado, ou seja, de uma liberdade na organização complexa da vida política e econômica que supere qualquer contradição entre participação e direitos políticos (Occhetto, 1991, p. 113).

A conquista da “liberdade na organização complexa da vida política e econômica” depende em grande parte da organização do movimento social, de uma maneira geral [...] já que “a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos” (Signorile, 1991, p. 198).

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho,

³⁰ A respeito do conceito gramsciano de hegemonia ver: BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro. Graal, 1982. Capítulo 6; GADOTTI. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 1988. Capítulo II; GRUPPI, L.. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978; INNOCENTINI, M.. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Tecnos, 1979; PORTELLI, H. **GRAMSCI e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo III.; POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Capítulo II. GRAMSCI, A.. **Quaderni del cárcere**. Torino: Enandi, 1975.

³¹ Para uma melhor discussão do que se entende por sociedade civil consultar: BOBBIO, Norberto. **Governo, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Capítulo II. Do mesmo autor. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. PORTELLI, H.. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Capítulo I.

transformar "democracia participada" em "democracia participante". Quer dizer, transitar "para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada" (Vacca, 1991, p. 141), ou, como diz Bobbio (1991, p. 50/1), de "democracia integral"³². Dessa poderia resultar um projeto alternativo³³ de desenvolvimento humano.

"Democracia partindo dos de baixo" é revelada pelas "experiências, no seu entrelaçamento com a democracia representativa e nas solicitações positivas que lhe são impressas, que já indicam (...) as linhas de desenvolvimento de uma 'democracia organizada', como uma forma mista, provavelmente adequada às evoluções de uma sociedade democrática" (Vacca, 1991, p. 141).³⁴

Sociedade democrática só será efetivamente democrática se for organizada de uma forma diferente, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático, a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Nesse caso vale a regra quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada.

E é por isso que "a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser" (Bobbio, 1992, p. 29). Disso resulta o caráter progressivo e subversivo da democracia e é o que lhe dá dinâmica e movimento. Portanto, é o que a torna um processo de transformações (econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais) e aprofundamento, um processo que não só se expande horizontalmente, quantitativamente, mas um processo que se aprofunda, qualitativamente, se intensifica e perpassa o tecido social de forma vertical.

Liberdade e igualdade, enquanto fato ou ideal, enquanto existência ou valor, enquanto ser ou dever ser, dos homens, resultam, portanto, de um processo progressivo de transformações quantitativas e qualitativas. Liberdade e igualdade, ao mesmo tempo, por um lado, enquanto ideal, valor, "dever ser", animam a luta política, por outro lado, enquanto fato, existência, "ser", são resultados dessa mesma luta.

Liberdade e igualdade são, ao mesmo tempo e num só golpe, pressuposto e produto das relações dos homens entre si, dos homens com a natureza e das relações de poder. Isso decorre exatamente "porque uma liberdade sem igualdade traz em si o incitamento, o impulso e a tensão, e, portanto, a luta e a esperança de igualdade". E é, por isso, "uma democracia mutilada, enquanto que a igualdade sem

³² O orçamento participativo praticado na cidade de Porto Alegre é um primeiro e importante passo dado nessa direção.

³³ O uso do termo alternativo(a), neste texto, tem um sentido muito preciso: alternativo(a) ao neoliberalismo, ao projeto neoconservador contemporâneo.

³⁴ A vivência comunitária da Região do Vale do Taquari no encaminhamento e geração das condições para a reprodução e melhoria de qualidade de vida na região é o exemplo mais próximo que se tem.

liberdade, o puro nivelamento, anula cada potencial de tensão". Nesse caso, "é uma democracia hibernada, isto é, propriamente, uma morte da democracia" (Ruffolo, 1991, p. 204/5).

Só do aprofundamento do processo de democratização é que pode desabrochar o reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos do diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade local, regional, nacional, global. Sustentabilidade deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de construir sua inserção no processo geral de desenvolvimento.

E esse é para o momento o sonho possível: transformar-se em alternativa através da crescente organização e participação direta da população no processo decisório do desenvolvimento humano, sabendo, desde já, que é preciso muita ousadia e criatividade para se chegar lá.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em texto anterior³⁵, demonstramos que o próprio processo de globalização compreende um processo de fragmentação que se pronuncia na crescente compressão do espaço. Esse processo contraditório recoloca o local como espaço privilegiado da ação humana. Dessa forma, reaproximando o homem, enquanto espécie, do seu próprio processo de desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento humano passa a se manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente.

Com isso, abre-se a possibilidade para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades regionais e de suas formas de inter-relacionamentos (Stroh, 1995, p. 285). As especificidades das características (sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais) da região é que passam a conferir identidade do local (Stroh, 1995, p. 285). As diferentes regiões resultam das diversidades sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais, etc.

Em decorrência, as regiões deixam de ser versões em escala menor das nações. Elas adquirem especificidades que exigem teorias próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento (Haddad, 1993, p. 261). Portanto, o processo de desenvolvimento deixa de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e adquire crescentes dimensões qualitativas, através do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais. Por esse caminho, a qualidade deixa de ser usada tão somente para potencializar a quantidade. Não é um puro e simples processo de diferenciação para conquistar crescentes fatias do mercado. A qualidade entra aqui como resultado das diversidades culturais, naturais, ético-morais, configurados e conformados em cada região.

³⁵ BECKER, D. F. Desenvolvimento contemporâneo. *Estudo & Debate*. Lajeado; v. 2, n. 1, p. 1-24, 1995.

No interior de cada processo de desenvolvimento, a qualidade só pode ser conquistada através da crescente organização e participação da população no processo decisório e nos frutos do desenvolvimento.

Isso, sem dúvida, só pode ser alcançado

...pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global (...). Essa participação é, entretanto, um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região [lugar, local, comunidade] que implica não cortar opções ou, melhor, não levar os diversos segmentos da sociedade a situações indesejadas (...) por absoluta falta de opções (Leite, 1994, p. 26).

Essa participação só se tornou possível em nossos dias, porque funcional e necessária ao próprio sistema capitalista. O rompimento da rigidez tornou-se uma necessidade do processo de valorização do capital. Flexibilizar a acumulação, a produção, o trabalho, o espaço compreende também flexibilizar a participação do plural, do diverso, do diferente³⁶. É, enfim, abrir espaço para a qualidade e a criatividade.

Dois condições, produto da modernidade, contribuem, ou melhor, tornaram-se viabilizadoras desta nova possibilidade: o avanço tecnológico que potencializou a capacidade analítica da humanidade para trabalhar com um crescente número de informações cada vez mais complexas em decorrência da crescente organização da sociedade moderna e "o surgimento da sociedade civil como terceiro sistema de poder (...)" (Nerfin apud Sachs, 1993, p. 30).

Por esse caminho, é possível aproximar-se do que denomino de sustentabilidade alternativa. Trata-se, pois,

...de ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas. Isto porque uma constatação banal e não obstante essencial salta aos olhos: o desenvolvimento só se pode manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente (Sachs, 1986a, p. 115).

São, enfim, os diversos agentes dessas localidades que definirão ou não a articulação interna nas comunidades locais e da natureza de suas relações externas com a sociedade regional, estadual, nacional, continental e mundial.

Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber o desenvolvimento econômico, político e social, como um processo amplamente participante, democrático e plural: um desenvolvimento diferenciado e, por isso, alternativo.

³⁶Essa discussão, no entanto, ficará para um próximo artigo. De acordo com o projeto inicial de trabalhar as transformações recentes sob três enfoques diferentes: primeiro, da Competitividade (texto referido); segundo, sustentabilidade (este texto); e, terceiro, flexibilidade (texto a ser escrito).

Para tanto, cada lugar, cada local, cada comunidade, cada microrregião, cada região, cada estado, cada nação, cada continente terá que produzir seus mecanismos e instrumentos institucionais de participação. Além da construção destes mecanismos e instrumentos participantes, é preciso decidir por uma marca, por uma identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental pelo qual cada lugar será conhecido e reconhecido como parte do processo de desenvolvimento mundial. Enfim, é cada lugar, local, comunidade, microrregião, região, etc. ter seu projeto alternativo de desenvolvimento humano.

Nesse contexto, as especificidades, porque fonte de diferença, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada lugar, de cada local, de cada cultura, de cada pedaço da natureza, de cada conjunto de valores éticos e morais, enfim, valorização do humano, e, portanto, definidoras da sustentabilidade de cada processo de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ABENSOUR, M.. **O Novo Espírito Utópico**. Campinas: UNICAMP, 1990.

ACSELRAD, H.. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza**: São Paulo; Recife: Cortez; Joaquim Nabuco, 1995.

ALTVATER, E.. **O Preço da Riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

BECKER, Dinizar F.. A Economia Política do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**. Lajeado, v. 1, n. 1, 1994.

BECKER, B. K. A Amazônia Pós-ECO-92. In: BURSZTYM, M.. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BECKER, Dinizar F.. Desenvolvimento Participativo-Criativo: Uma Primeira Exploração do Tema. **Texto Discussão**. Lajeado, n. 7, 1995.

BECKER, Dinizar F.. Competitividade: Um Novo Paradigma Desenvolvimentista. **Texto Construção**. Lajeado, n. 1, 1995.

BECKER, Dinizar F.. Competitividade: Um Novo Padrão de Produção e Consumo. **Texto Discussão**. Lajeado, n. 11, 1995.

BECKER, Dinizar F.. Competitividade: Um Novo Padrão de Produção e Consumo Mundial. **Estudo & Debate**. Lajeado, v. 2, n. 2, 1995.

BECKER, D. F.. Competitividade: Um Novo Padrão de Desenvolvimento Regional. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, 1996.

BECKER, D.F.. Desenvolvimento Contemporâneo: Processo de Globalização e/ou Fragmentação. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 2, n. 1, 1995.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1987.

BELLUZO, L. G. M.. O Velho Protecionismo. **Isto é Senhor**, São Paulo, 1156, p. 30, 20/11/1991.

BELLUZO, L. G. M. e COUTINHO, R.. **Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983, v. 2.

BERMAN, M.. **Tudo Que é sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOBBIO, N.. **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. **O futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRUNDTLAND, G. H.. **Nosso Futuro Comum**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BRÜSEKE, F. J.. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. IN: CAVALCANTI, C **Desenvolvimento e Natureza**: Estudo para uma Sociedade Sustentável. São Paulo; RECIFE: CORTEZ, Joaquim Nabuco, 1995.

BUARQUE, C.. **A Desordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BUARQUE, C.. O Pensamento em Um Mundo Terceiro Mundo. C.. In: BÜRSZTYN M.. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANO, W.. **Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional**. 3 ed. Campinas; São Paulo: UNICAMP; FAPESP, 1994.

CAVALCANTI, C. (orgs). **Desenvolvimento e Natureza**: São Paulo; Recife: Cortez; Joaquim Nabuco, 1995.

CERRONI, U.. Existe Uma Ciência Política Marxista. IN: BIBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C.. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Papirus, 1993.

CORIAT, B.. **Pensar pelo Averso**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

D'AMATO, J. L. e LEIS, H. R. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética E Vivencial. IN: CAVALCANTI C. **Desenvolvimento**

e Natureza: Estudo para uma Sociedade Sustentável. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** São Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985.

DRUCKER, P.. **Sociedade Pós-Capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1993.

FERRAZ, J. C. et. al. **Made in Brazil.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FERREIRA, L. C.. e FERREIRA, L. C.. Limites Ecológicos. IN: HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F.. **Dilemas Sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Unicamp, 1995.

GADOTTI, M.. **Concepção Dialética da Educação.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

GEORGESCU - ROGEN, N. **The Entropy Law and The Economic Process.** Cambridge: Harward, 1971.

GERRANTANA, V.. Quando a Democracia é Subversiva. In: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GOLDMANN, Márcio. **Razão e Diferença.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

GUIDUCCI, R.. A Cidade dos Cidadãos e a Sociedade dos Socialistas. In: BIBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GRAMSCI, A.. **Quaderni del Carcere.** Torino: Einaudi, 1975.

GRUPI, L.. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HADDAD, P. R.. Regiões, Regionalismo e Desequilíbrios Espaciais de Desenvolvimento: Algumas reflexões. **Análise Conjuntural.** Porto Alegre, v. 2, p. 255-270, agosto, 1993.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

HOBSON, John A.. **A Evolução do Capitalismo Moderno.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F.. (orgs) **Dilemas Sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Unicamp, 1995.

HUTCHINS, G.. São Paulo: Makron Books, 1994.

INGRAO, P.. Democracia Burguesa e ou Estalinismo? Não: Democracia de Massa. In: BIBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

INNOCENTINI, M. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Tecnos, 1979.

JORNAL ZERO HORA. Aumenta a Repressão aos Clandestinos. Porto Alegre, 12/05/1996. p. 24.

KRISCHKE, P. J.. Atores Sociais e Consolidação Democrática na América Latina. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo; Florianópolis: Cortez, UFSC, 1995.

KUHN, T. S.. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 2 ed. São Paulo: Prespectiva, 1978.

LEITE, M. A. P.. **Destruição ou Desconstrução**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LESSA, C. Apresentação. In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEIS, H. R. (org). **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LEIS, H. R.. Ambientalismo. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo; Florianópolis: Cortez, UFSC, 1995.

LEIS, H. R.. Ambientalismo: Um Projeto Realista-Utópico para a Política Mundial. In: **Meio ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo; Florianópolis: Cortez, UFSC, 1995.

MATTOSO, J. e OLIVEIRA, C. E. B. (orgs). **Crise e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.

MATTOSO, J. E. L. O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J. E. L.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M. A. (orgs). **O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MATTOSO, J. **A Desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MAY, P. H. e MOTTA, R. S. (orgs). **Valorizando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MAY, P.. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudo para Uma Sociedade Sustentável**. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.

MAZZUCHELLI, F.. **Contradição em Processo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- MARTINE, G.. **A Demografia na Questão Ecológica**. In: MARTINE, G.. **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MORICONI, I.. **A Provocação Pós-Moderna: Razão Histórica e Política da Teoria Hoje**. Rio de Janeiro: EDUERJ DIADORIN, 1994.
- MORIN, E. e KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. **O método I**. Portugal: Europa-América, 1987.
- MORIN, E. **O método II**. Portugal: Europa-América, 1989.
- NAKANO, Y.. Globalização e Comércio Mundial. **Economia Política**. São Paulo, v. 14, n. 4, art-dez. 1994.
- NOVAES, W.. **Tirando o Sono dos Donos do Mundo**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 7/05/1996. p. A-3.
- OCHETTO, A.. Sobre o Conceito de Democracia Mista. In: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1191.
- PIRES, E. L. S. e SEKIGUCHI, C.. Agenda para Uma Economia Política da Sustentabilidade: Potencialidades e Limites para o seu Funcionamento no Brasil. In: CAVALCANTI C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudo para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo; Recife: Recife, Joaquim Nabuco, 1995.
- POLANYI, R. **A grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTELLI, H.. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- POULANTZAS, N.. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: M. Fontes, 1986.
- ROHDE, G. M.. Mudança de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudo para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo; Recife: Cortez; Joaquim Nabuco, 1995.
- SACHS, I.. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SACHS, I.. **Eco Desenvolvimento: Crescer Sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SANTOS, B. S. **Introdução a Uma Crítica Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Geral, 1989.
- SANTOS, B. S.. Um Discurso Sobre as Ciências na Transição para Uma Ciência Pós-Moderna. **Estudos Avançados**. São Paulo: v. 2, n. 2, maio/ago, 1988.

SANTOS, M. et al (org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHUMPETTER, J. A.. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril, 1982.

SIGNORILLE, C.. A Democracia que Transforma o Estado. In: **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro, Graal, 1991.

STAHEL, A. W. **Capitalismo e Entropia**. In: CAVALCANTI, C. (orgs). **Desenvolvimento e Natureza**: São Pualo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.

STROH, P.Y.. As Ciências Sociais na Relação Interdisciplinar do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento E Natureza**. São Paulo; Recife: Cortez, Joaquim Nabuco, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente. In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R.. **Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. e FIORI, José Luiz. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **O Sistema Bancário Brasileiro e Suas Transformações Frente à Atual Crise**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1985.

TORRES, Jr., Alvair Silveira. **Integração e Flexibilidade**. São Paulo: Alfaômega, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Voses, 1994.

VACCA, G.. Discorrendo Sobre Socialismo e Democracia. In: BOBBIO, N.. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

VIEIRA, P. F.. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. IN: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo; Florianópolis: Cortez, UFSC, 1995.

VIOLA, Eduardo J.. "O Movimento Ambientalista no Brasil (1971 - 1991): da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento

Sustentável". In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Reynan, 1992a.

_____. & BOEIRA, S.. "A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multissetorial no Brasil (Particularmente na Microrregião de Florianópolis)". **Universidade e Sociedade Face à Política Ambiental Brasileira**. Brasília, IBAMA. 1990.

_____. & LEIS, Héctor R.. Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo. In: LEIS, Héctor R. **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro, Vozes. 1991.

_____. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, Daniel & VIERA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, Unicamp. 1992b.

_____. **O Ambientalismo Multissetorial no Brasil Para além da Rio-92**: O Desafio de Uma Estratégia Globalista Viável. Brasília, Instituto Sociedade, População e Natureza (Mimeo) 1993.

Worldwatch Institute Report. State of the World. New York, W.W Norton & Company, [s. d.].

